A Reforma Tributária no Brasil: Desafios, Avanços e Impactos da Emenda Constitucional nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional

Henrique Veloso Lima e Leonardo Mengatto

Resumo

Este trabalho analisa os principais desafios e impactos da Reforma Tributária no Brasil, especialmente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132, de 2023. O sistema tributário brasileiro sempre foi marcado por elevada complexidade, alta carga tributária e forte incidência sobre o consumo, o que gera desigualdades e insegurança jurídica. A pesquisa aborda como a reforma busca simplificar o sistema por meio da unificação de tributos sobre o consumo, substituindo diversos impostos por dois principais: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS). Analisa-se, ainda, de que forma essas mudanças podem mitigar a guerra fiscal, melhorar a transparência, aumentar a eficiência na arrecadação e contribuir para um ambiente econômico mais justo. Contudo, também são destacados os desafios da implementação, os impactos na federação e a necessidade de medidas complementares para garantir maior justiça fiscal e equilíbrio social.

Palavras-chave: Reforma tributária. Sistema tributário. Consumo. IBS. CBS. Justiça fiscal.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Tributária no Brasil representa tema de elevada relevância, especialmente diante de um sistema tributário caracterizado pela excessiva complexidade, elevada carga tributária e sobreposição de competências entre os entes federativos. A multiplicidade de tributos nas esferas federal, estadual e municipal gera altos custos de conformidade, insegurança jurídica e dificuldades operacionais tanto para os contribuintes quanto para a administração pública. A necessidade de simplificação, eficiência e justiça fiscal impulsiona as discussões legislativas, tendo como foco central a unificação dos tributos sobre o consumo, a transparência na arrecadação e a redução da guerra fiscal. Nesse contexto, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que institui um novo modelo de tributação sobre o consumo, substituindo diversos tributos por dois principais: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS). A reforma busca não apenas simplificar o sistema, mas também promover maior clareza sobre os tributos pagos, fortalecer a federação e combater práticas nocivas, como a guerra fiscal, contribuindo para um ambiente econômico mais justo e eficiente.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os principais desafios, avanços e impactos decorrentes da Reforma Tributária implementada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, no sistema tributário brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se compreender de que forma a unificação dos tributos sobre o consumo contribui para a simplificação do sistema, avaliar os efeitos sobre a mitigação da guerra fiscal e a redistribuição das competências tributárias entre os entes federativos, além de verificar se as mudanças promovem maior justiça fiscal, respeitando os princípios constitucionais da capacidade contributiva, da isonomia, da progressividade e da transparência.

3 MÉTODOS

O presente trabalho utiliza metodologia qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica. Foram analisados textos legislativos, em especial a Emenda Constitucional nº 132/2023, documentos oficiais, relatórios técnicos e literatura especializada sobre tributação e reformas fiscais no Brasil. A pesquisa segue rigorosamente os preceitos éticos de produção científica, citando corretamente os autores consultados, garantindo a clareza e originalidade do conteúdo produzido.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos com a análise destacam que a Reforma Tributária, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, promove mudanças estruturais relevantes no sistema tributário nacional, especialmente na simplificação dos tributos incidentes sobre o consumo. A substituição de múltiplos impostos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo IBS e pela CBS reduz significativamente o custo operacional de conformidade para empresas e indivíduos, diminuindo a necessidade de estrutura administrativa complexa tanto no setor público quanto privado (GOBETTI; ORAIR, 2017).

Outro impacto positivo identificado é a redução da guerra fiscal entre os estados, fenômeno historicamente alimentado pelas diferenças de alíquotas do ICMS. A padronização tributária promovida pelo IBS tende a gerar um ambiente econômico mais equilibrado, atraindo investimentos por meio de segurança jurídica e previsibilidade fiscal. Ademais, a criação do Imposto Seletivo (IS) revela uma inovação ao tributar produtos específicos que geram externalidades negativas, como cigarros, bebidas alcoólicas e produtos poluentes, sinalizando uma orientação fiscal que privilegia não apenas arrecadação, mas também objetivos sociais e ambientais (VARSANO, 2003).

Entretanto, a pesquisa também evidencia desafios iniciais de implementação relacionados à transição de regimes tributários e às adequações tecnológicas e administrativas, exigindo ações coordenadas entre União, estados e municípios, para evitar rupturas ou perdas significativas de arrecadação nos primeiros anos da reforma (MENDES, 2022).

5 DISCUSSÃO

Ao discutir os resultados obtidos, observa-se forte consonância com estudos anteriores, que apontam para a necessidade urgente de simplificação tributária no Brasil como caminho inevitável para aumentar a eficiência econômica e a justiça fiscal (GOBETTI; ORAIR, 2017). Varsano (2003) já alertava sobre as consequências negativas da guerra fiscal sobre o desenvolvimento regional, o que reforça a importância da unificação tributária trazida pela EC nº 132/2023.

No entanto, Mendes (2022) alerta sobre importantes desafios que permanecem em relação à partilha federativa. O autor argumenta que, apesar das vantagens da unificação tributária, persistem questões críticas referentes à autonomia financeira dos estados e municípios. Neste sentido, a transição para o IBS e CBS exigirá mecanismos compensatórios

robustos para estados e municípios que podem inicialmente sofrer redução da arrecadação direta, sobretudo aqueles historicamente beneficiados pela guerra fiscal.

Ainda, debate-se que a eficácia da reforma tributária depende de complementos regulatórios específicos, especialmente para preservar a progressividade fiscal e fortalecer os princípios da capacidade contributiva e isonomia. Embora o sistema tributário sobre consumo tende a ser regressivo, é fundamental considerar medidas adicionais como ajustes nas alíquotas de IBS e CBS para produtos essenciais e mecanismos de devolução tributária aos mais vulneráveis, para garantir justiça social e progressividade (GOBETTI; ORAIR, 2017).

6 CONCLUSÃO

A partir da análise realizada neste estudo, conclui-se que a Reforma Tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 constitui avanço significativo no enfrentamento dos principais problemas históricos do sistema tributário brasileiro, especialmente ao simplificar a estrutura tributária incidente sobre o consumo e mitigar práticas prejudiciais como a guerra fiscal. Os resultados revelam que a criação do IBS e CBS gera potencial expressivo para redução dos custos burocráticos e aumento da eficiência administrativa, além de ampliar a transparência e previsibilidade para contribuintes e investidores.

Contudo, os desafios encontrados na fase de implementação revelam que o sucesso da reforma está condicionado a um complexo processo de ajuste federativo e de integração administrativa entre os entes. É fundamental que União, estados e municípios atuem conjuntamente para mitigar perdas fiscais transitórias e assegurar que os objetivos sociais, econômicos e ambientais previstos sejam alcançados.

Para além disso, ressalta-se a importância crucial de medidas complementares, que garantam não apenas eficiência, mas principalmente equidade tributária. Recomenda-se que sejam implementados mecanismos adicionais, como a devolução de tributos aos consumidores de baixa renda e a adoção de alíquotas diferenciadas para bens essenciais, garantindo que o novo modelo tributário não amplie desigualdades existentes.

Em síntese, embora a reforma demonstre potencial transformador significativo, sua efetividade plena dependerá da capacidade de enfrentamento de desafios estruturais ainda

pendentes, reafirmando a necessidade constante de monitoramento e avaliação das políticas fiscais implementadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.** Altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Reforma Tributária: impactos, desafios e oportunidades.** Brasília, DF: CFC, jul. 2024. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/reforma_tributaria.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

RIBEIRO, Gustavo Brigagão. **Justiça tributária após a EC 132/2023.** Consultor Jurídico, 19 maio 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-mai-19/justica-tributaria-apos-a-ec-132-2023/. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. **Progressividade tributária: a agenda negligenciada**. *Texto para Discussão - IPEA*, n. 2190, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2190.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

Sobre os autores
Henrique Veloso Lima, graduando em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, 9° fase, henriqueveloso303@gmail.com
Leonardo Mengatto, graduando em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, 9ª fase, leonardo.mengatto7@gmail.com